

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.752.310 - SP (2020/0223851-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADORE** : CLÁUDIO PORPINO CABRAL DE MELO - SP335557  
S

JOAQUIM PEDRO MENEZES DE JESUS LISBOA -  
SP430532

**AGRAVADO** : MARTA MONTEIRO BATISTA DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : FRANCISCO ISIDORO ALOISE - SP033188

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DE SÃO PAULO (FAZENDA ESTADUAL) contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. Diferenças de URV. Fase de cumprimento. Decisão que determina o efetivo cumprimento da obrigação de fazer.

Impossibilidade, já que não há no título executivo menção a nenhum índice, sendo inviável o imediato apostilamento. Limitação temporal estabelecida pelo C.

STF no julgamento do RE 561.836/RN. Observância obrigatória nos termos do art. 927, III, do CPC.

Preclusão não configurada em vista de a questão relativa à existência ou não dos prejuízos ter sido postergada para a fase de cumprimento. Caso concreto onde o cargo ocupado pela agravada só sofreu reestruturação quando da promulgação da LCE nº 1.080/08. Ajuizamento da ação de conhecimento ocorrido apenas um ano depois. Necessidade de apuração da efetiva existência de prejuízos, devendo ser mantido o decisor apenas no ponto relativo à determinação de apresentação de informes oficiais, cabendo à requerente, de posse deles, elaborar a conta inicial. Recurso conhecido e provido em parte, com determinação.

Nas razões do recurso especial obstando na origem, alega violação do art. 1.026, § 2º, do CPC, no que concerne à aplicação de multa pela oposição dos embargos, trazendo o seguinte argumento:

Na decisão, entendeu-se por protelatórios pelo fato de que a FESP cuidou tão somente de negritar o trecho do parágrafo que lhe conviria. No entanto, não havia intenção de protelar o andamento do processo, e a pretensão da FESP era apenas

esclarecer ponto relevante à causa, justamente para se evitar prejuízo aos cofres públicos com o pagamento de montante superior ao efetivamente devido e reconhecimento de sua tese.

Não bastasse, ao aplicar a MULTA ao Poder Público, certamente inibe a recorrente em seu legítimo direito de defender os seus interesses (fls. 67).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem assim decidiu:

O intuito dos embargos é nitidamente protelatório, ainda mais porque o Colegiado não determinou qualquer pagamento, reconhecendo que há necessidade de a servidora elaborar a conta do que em tese seria devido. Assim, com amparo no art. 1.026, §2º, do CPC, aplica-se multa de 2% do valor atualizado da causa (fls. 56).

Desse modo, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto ao caráter protelatório dos embargos de declaração exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que “a análise do art. 1.026, § 2º, do CPC, que trata da multa por interposição de embargos de declaração protelatórios, demanda, na espécie, reexame do acervo fático-probatório dos autos. Assim, inviável a apreciação da tese, sob pena de violação da Súmula 7/STJ”. (AgInt no REsp 1.835.027/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 11/2/2020.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt nos EDcl no AREsp 1.528.731/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.138.645/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 23/3/2018; AgRg no REsp n. 1.192.745/PE, relator Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe de 21/3/2011.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente